



**Junta da União de Freguesias de S. Pedro de Alva e  
S. Paio de Mondego**  
(Mandato 2017/ 2021)

**ATA n.º 3**

Ata da reunião ordinária da Junta da União de Freguesias de S. Pedro de Alva e de S. Paio de Mondego, realizada no edifício sede da União de Freguesias, sito na Av. 16 de Agosto, nº 10, em S. Pedro de Alva.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Junta de Freguesia, depois de devidamente convocada pelo seu Presidente.

Estiveram presentes os seguintes membros da Junta de Freguesia: o Sr. Presidente, Victor Manuel Cunha Cordeiro e as Vogais Georgina Nazaré Santos Oliveira e Isabel Maria Pereira dos Santos Ribeiro.

Declarada aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, deu-se início à reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

**Período de antes da ordem do dia:**

- 1) Informações, expediente e esclarecimentos.

**Período da ordem do dia:**

- 1) Adjudicações/deliberações da Junta de Freguesia.
- 2) Aprovação do Orçamento para o ano de 2018.
- 3) Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2018.

### **Período de antes da ordem do dia**

**Ponto número um** - Foi analisado o expediente recebido:

Centro Qualifica de Arganil dando conta da realização de sessão de informação à população, no dia 16 de janeiro, pelas 19.30, no edifício sede desta União de Freguesias.

Requerimento apresentado pela Sr. Maria Luiza Pereira Marques, solicitando o pagamento de despesas com advogado, e inerentes ao processo de abertura e alargamento de estrada florestal, no sítio de "Trepadas".

Carta recebida da Congregação Cristã em Portugal, relativa a danos sofridos no incêndio de 15 de outubro.

Comunicação recebida da Fregal - Consultoria Autárquica e Formação, sobre contratação pública, Portaria nº 372/2017.

Comunicação do Sr. Carlos Gomes, representante do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia, dando conta da sua posição relativamente à Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2018.

Relativamente às Posturas e Regulamentos desta Autarquia, estes mantem-se em vigor até futura alteração e aprovação pela Assembleia de Freguesia.


### **Período da ordem do dia**

**Ponto número um-** Foi deliberado por unanimidade atribuir a comparticipação de 50€ à Associação Cultural e Desportiva de S. Paio de Mondego, no âmbito da realização do "Magusto Popular" com jogos tradicionais.

Foi presente ao Executivo a carta da Associação Desportiva e Cultural de Vale da Vinha, dando conta dos danos sofridos no edifício sede da Associação, aquando do incêndio ocorrido a 15 de outubro, tendo sido deliberado por unanimidade atribuir uma comparticipação de 485,75€ para apoio nas despesas com o arranjo da cobertura do edifício, e da parte elétrica.

Foi também deliberado por unanimidade atribuir ao "Som Ideal" o fornecimento e aplicação do material alusivo à época Natalícia, pelo valor de 406,51€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.





**Ponto número dois e três** – “É do conhecimento de todos nós, que o orçamento é um documento onde devem estar mencionadas as receitas e as despesas referentes a um determinado ano económico, respetivamente subdivididas em receitas correntes e de capital, bem como, em despesas correntes e de capital.

E, é neste contexto que este Executivo elaborou o presente orçamento para vigorar em 2018, com vista a ser o mais realista, coerente e ambicioso possível, traçando aqui uma política de equilíbrio, estabelecendo prioridades, e essencialmente sendo transversal na resolução dos problemas e das necessidades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das nossas gentes, assegurando um equilíbrio do sistema no seu todo, garantindo o direito da igualdade de oportunidades, a satisfação das necessidades coletivas e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Para esse efeito, importa assegurar o cumprimento de um conjunto de princípios subjacentes a qualquer exercício de funções autárquicas, princípios esses, que se devem refletir no desempenho das funções diárias, com muito rigor e transparência na gestão e aplicação de dinheiros públicos.

De facto, a entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei nº8/2012, de 21/02) implica uma atenção redobrada, uma vez que, a realização de despesa deixa de estar sujeita apenas ao cabimento prévio com base na existência de dotação orçamental para, passar a estar também sujeita à existência de fundos disponíveis na fase do compromisso, por forma a garantir a real capacidade de efetuar o respetivo pagamento num curto espaço de tempo, o que exige um elevado planeamento, controlo temporal, físico e financeiro das decisões tomadas.

Por tudo isso, e apesar de todos os condicionalismos da conjuntura económica e social, cabe ao Executivo da União de Freguesias, no âmbito das suas atribuições e competências, desenvolver com base nesta proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano, todas as ações que permitem corrigir as assimetrias existentes na União de Freguesias, reforçando a coesão territorial e promovendo o desenvolvimento sustentado, como estratégia primordial, dando assim, resposta à crise económica e aos últimos acontecimentos catastróficos que assolaram a nossa área de ação.

Mas felizmente, face à percentagem de execução orçamental da receita, obtida até 20 de dezembro, referente ao orçamento de 2017, situada nuns simpáticos 117,75%, e com a aprovação da candidatura de apoio para a Requalificação do Vimieiro, possibilitou a este executivo ambicionar ainda mais e elaborar um orçamento para o exercício de 2018 no valor de 845.561,48€.

No referido documento, é de referenciar que uma grande parte da verba está alocada ao investimento, como comprovam os valores na despesa de capital, totalizando um valor de 682.197,13€, valores substancialmente mais elevados, aos praticados nos exercícios transatos. No que concerne à despesa corrente, com um valor total de 163.364,35€, também aqui manifestando algumas preocupações na definição de regras claras, na avaliação de matérias sensíveis e sobretudo, na definição rigorosa dos cálculos dos meios necessários para a concretização e satisfação das necessidades da nossa Freguesia.

Mas como é obvio, para se projetar uma despesa de 845.561,48€, tivemos uma previsão de receita que suporte essa mesma despesa, contando assim, com um encaixe de receita corrente no valor de 187.395,00€, de receita de capital no valor de 657.166,48€



e ainda de outras receitas com um valor de 1000,00€, mas sempre com a constante preocupação de evitar o risco de sobre orçamentação da receita, para assim, apresentar um orçamento exequível, rigoroso, seletivo nas despesas, mas com base num programa sustentável e não redutor.

Assim, os documentos provisionais para 2018 apresentam-se na sua arquitetura e nos seus conteúdos e objetivos, com grandes alterações em relação ao ano transato, cumprindo as determinações legais sobre a matéria, como a seguir, podemos analisar de uma forma detalhada.

Será então, de realçar neste documento provisional, a inclusão das rubricas de despesa de capital com os valores mais significativos:

- **“08.08.01-Danos/Prejuízos”** com um valor de 20.000,00€, que permite acautelar algumas situações de carências em famílias que manifestem grande necessidade de obras nas suas habitações, como consequência do incêndio de 15 de outubro e que não tenham sido apoiadas quer pelos seguros, quer pelas linhas de apoio da CCDR, mediante avaliação dos serviços técnicos do Município;
- **“08.07.01-Instituições sem Fins Lucrativos”** com um valor de 5.000,00€, apresentando um acréscimo bastante significativo, para assim, podermos apoiar as Associações da Freguesia que pretenderem efetuar obras de requalificação ou ampliação nas suas instalações.
- **“07.01.10.02.01-Equipamento Técnico de Manutenção”** com um valor de 28.000,00€, para a aquisição de um trator com tração às quatro rodas, equipado com sistema de monta-cargas;
- **“07.01.04.13-Requalificação da Praia Fluvial do Vimieiro”** com um montante de 577.897,13€ para levar a efeito o projeto da praia e zona envolvente do Vimieiro.

Por seu turno, tal como nos últimos orçamentos, continuou a observar-se um crescimento robusto na aquisição de bens de capital e transferência de capital, claramente superior às despesas correntes, que continuam com uma tendência estável, ou até mesmo decrescente, em anos que não realizamos a ExpoAlva. Estes ganhos em termos numéricos e substanciais irão refletir-se em termos de competitividade da nossa Freguesia para as demais, com uma evolução qualitativa para quem cá vive e ao mesmo tempo, como polo de atração para futuros investidores e habitantes.

Também algumas rubricas da receita de capital, nomeadamente as Transferências de Capital da Administração Central e Local alocadas ao projeto de requalificação do Vimieiro, merecem o nosso destaque, como é exemplo:

- **“10.03.07-Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados”** com um valor de 360.000,00€, sem reembolso;
- **“10.05.01.01.03- Apoio a Investimento”** com um valor de 218.000,00€.

Também o Plano Plurianual de Investimentos deve fazer parte do planeamento e gestão económica e financeira da Freguesia, mantendo sempre os custos previstos e adequados às disponibilidades financeiras contempladas no Orçamento. Contudo, sempre que se justifique é da competência exclusiva do órgão Executivo poder efetuar as alterações necessárias, enquadrando assim, com as necessidades da freguesia, transferindo os recursos financeiros entre rubricas, sem aumentar a despesa global

orçamental. Sempre que se verifique a necessidade de aumentar a despesa global orçamentada, aí sim, carece de revisão, tarefa da competência do órgão Deliberativo, o que obriga o órgão Executivo a submeter a proposta de revisão à Assembleia de Freguesia, para que seja ratificada por este órgão.

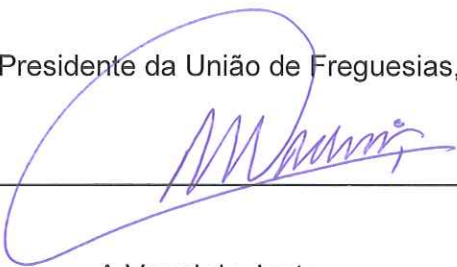
À semelhança de anos anteriores a estruturação das Grandes Opções do Plano, para além da inclusão de novos projetos e a sua calendarização, inscreve dotações que permitem solver compromissos já assumidos, independentemente da sua respetiva execução física. Com este programa pretende-se dar continuidade à requalificação de alguns espaços e edifícios públicos, à modernização, à aquisição de equipamentos, à melhoria de acessibilidades e ao desenvolvimento da Freguesia, no seu todo.

Mas concretamente, no que diz respeito ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2018, pode-se dizer que pretendemos dar seguimento a obras por nós previstas no anterior PPI e que ainda não foi possível realizar. Para além desta execução, vamos lançar uma obra estruturante e de grande dimensão na área envolvente do Vimieiro, contribuindo para o desenvolvimento turístico e socioeconómico da nossa Freguesia. Continuamos ainda a pugnar junto do Município por alguns objetivos, que não sendo da nossa exclusiva responsabilidade, tudo iremos fazer, para que se realizem, e falo mais concretamente de: maior cobertura da rede de saneamento na freguesia, construção de valetas fora das localidades, construção da rotunda na entrada da Vila e a intervenção urgente no caneiro do Vimieiro, entre outras já aqui faladas no exercício transato.”

Assim, o Executivo deliberou por unanimidade aprovar o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2018.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião quando eram vinte e três horas. Para constar, e para os devidos e legais efeitos, lavrou-se a presente ata, que depois de lida em voz alta na presença de todos, foi aprovada e assinada pelos presentes.

O Presidente da União de Freguesias,



A Vogal da Junta,



A Vogal da Junta,

